

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 149 – 01/06 a 05/06/2020

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *eSocial*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Exigência de comum acordo para ajuizamento de dissídio coletivo é constitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/06/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão virtual, julgou constitucional dispositivo da Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004) que exige a anuência mútua das partes para o ajuizamento de dissídio coletivo trabalhista e atribui legitimidade ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para ajuizar o dissídio em caso de greve em atividades essenciais. Segundo o relator, ministro Gilmar Mendes, não há nos dispositivos qualquer violação às cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF julga prejudicadas ações sobre alcance de convenções coletivas de trabalho](#)

Supremo Tribunal Federal - 04/06/2020

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou prejudicadas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs [2200](#) e [2288](#)) ajuizadas contra a revogação de preceitos da Lei 8.542/1992 que dispunham sobre a chamada ultratividade das convenções e acordos coletivos de trabalho. Os ministros acompanharam voto-vista da ministra Rosa Weber pela perda de objeto das ações em razão de alterações legislativas posteriores que trouxeram novas regras sobre a matéria.

[Vistoria no local do trabalho não é indispensável para reconhecimento de doença ocupacional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/06/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um operador de caldeira da Martinucci do Brasil Móveis para Escritório Ltda., de Curitiba (PR), que pedia a realização de vistoria no local de trabalho para comprovar nexo causal com doença ocupacional. Ele argumentava ter havido cerceamento de defesa, mas o colegiado entendeu que a vistoria não alteraria o julgamento da ação trabalhista, diante das demais provas consideradas pelas instâncias inferiores.

[Desconhecimento pela empresa afasta discriminação na dispensa de portadora de HIV](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/06/2020

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS) não terá de pagar indenização a uma auxiliar de serviços gerais que alegou que sua dispensa fora discriminatória por ser portadora do vírus HIV. A entidade conseguiu comprovar que não tinha conhecimento do estado de saúde da empregada quando rescindiu o contrato de trabalho. Nesse contexto, conforme decisão da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho,



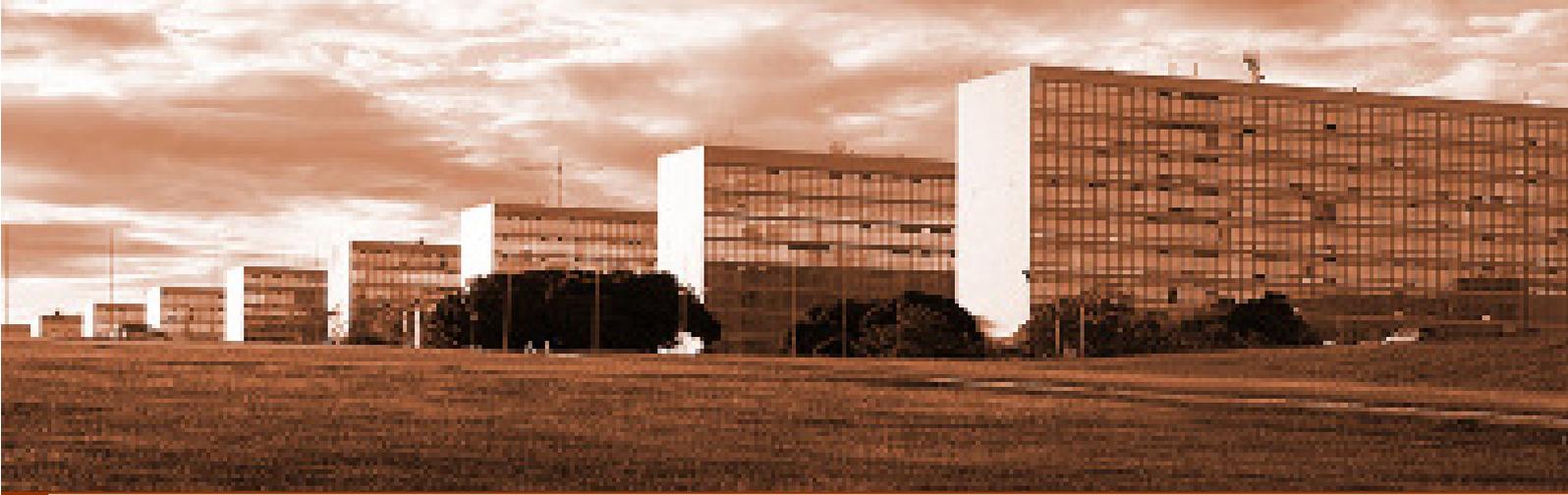
Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

não seria possível concluir que houve discriminação.

[Cobrança de metas por quadro de avisos gera indenização a leiturista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/06/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A. ao pagamento de indenização de R\$ 15 mil a um leiturista pela cobrança de metas por meio de um quadro de avisos. De acordo com a Turma, o tratamento desrespeitoso ficou demonstrado.



Notícias do Executivo

[Secretaria apresenta mudanças do Novo Caged a pesquisadores](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 04/06/2020

Em videoconferência realizada nesta quinta-feira (4), representantes da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia apresentaram a instituições públicas e privadas de pesquisa informações sobre a [mudança da metodologia](#) dos dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados ([Novo Caged](#)), [divulgados](#) no dia 27/5.

[Programa de Gerenciamento de Riscos substitui PPRA](#)

Fundacentro - 05/06/2020

A segunda live da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Canpat 2020, realizada em 26 de maio, reuniu especialistas para falarem sobre alterações nas Normas Regulamentadoras. As apresentações buscaram mostrar como a harmonização na legislação pode contribuir para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Uma das principais mudanças foi o estabelecimento do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, que substitui o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT recomenda participação de trabalhadores em discussões sobre funcionamento de setores econômicos após o isolamento social](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/06/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas sugeriu, nesta segunda-feira (1º), que o Estado de Alagoas avalie a possibilidade de retificar a Portaria Conjunta Gabinete Civil/ Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz)/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) nº 01/2020, que trata da criação de grupos de trabalho para estabelecer protocolos de funcionamento de setores econômicos após o período de isolamento social em curso. O objetivo do MPT é buscar a inclusão de entidades representativas dos trabalhadores na composição dos referidos grupos, para discutirem a retomada das atividades econômicas.

[Atuação do MPT frente à Covid-19: violações trabalhistas motivam abertura de mais de 3,9 mil inquéritos civis](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/06/2020

O Ministério Público do Trabalho já contabiliza 19.045 denúncias de irregularidades trabalhistas relativas à Covid-19, recebidas desde o início da pandemia. Ao todo, foram abertos 3.905 inquéritos civis para apurar violações sobre o tema. Ainda a respeito do assunto, os procuradores do MPT já emitiram 9.937 recomendações, 42.302 despachos e expediram 65.721 notificações, ofícios e requisições. Os números são desta segunda-feira, 01 de junho.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927: Nota aos Parlamentares recebe a adesão de mais de 40 entidades](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/06/2020

A [nota](#) produzida pelo SINAIT pontuando aspectos da Medida Provisória – MP nº 927/2020 que devem ser modificados ou suprimidos recebeu a adesão de mais de 40 entidades ligadas ao mundo do trabalho. Foram Grupos de Trabalho, frentes, institutos, centrais sindicais e entidades sindicais, além do deputado Tulio Gadêlha (PDT-PE), que endossaram o texto, concordando com as sugestões apresentadas.

[Sinait envia expediente à SIT reiterando pedido para recompor equipe de combate a trabalho infantil e outros projetos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/06/2020

Nesta quinta-feira, 4, um grupo de Auditores-Fiscais integrantes dos projetos de combate ao trabalho infantil e à discriminação no trabalho, de inclusão de pessoas com deficiência e de aprendizagem nas Superintendências Regionais do Trabalho apresentaram ao subsecretário Celso Amorim um [requerimento](#) com o pedido de “recomposição dos quadros das Coordenações responsáveis pela Atividade de Combate ao Trabalho Infantil, Atividade de inserção de aprendizes no mercado de trabalho, Atividade de inclusão de pessoas com deficiência e reabilitadas no mercado de trabalho e combate à discriminação no trabalho, e Chefia da Divisão de Trabalho Infantil e Igualdade de Oportunidades, com o objetivo de assegurar a continuidade da atuação da Inspeção do Trabalho nas 3 (três) áreas”.

[Para o STJ, trabalho escravo pode existir mesmo sem restrição à liberdade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/06/2020

O Superior Tribunal de Justiça – STJ confirmou o entendimento de que não é necessária a restrição do direito de ir e vir para que seja caracterizado o crime de submissão de

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

trabalhadores a condição análoga à de escravo. Em um julgamento realizado pela 6ª Turma da corte no dia 26 de maio, foi restabelecida a condenação de um fazendeiro do Pará por esse delito. Clique [aqui](#) para ler o acórdão datado do dia 26 de maio de 2020

[Covid-19: SINAIT e Comissão Técnica decidem pelo desligamento do Gabinete Nacional de crise da SIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/06/2020

O desligamento ocorreu após a participação dos representantes do SINAIT e da Comissão Técnica em algumas reuniões. A constatação é de que o “Gabinete de crise não cumpre a finalidade para a qual foi constituído e não se concretiza como canal de diálogo com o SINAIT, com a categoria ou com a sociedade, uma vez que não trata em profundidade dos assuntos estratégicos para a fiscalização e o enfrentamento da pandemia. Na prática, não há encaminhamentos que deem um norte à atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho em todo o Brasil”. Leia [aqui](#) a Carta SINAIT nº 52 na íntegra.

The logo for eSocial, featuring a stylized document icon with a folded corner to the left of the text "eSocial".

eSocial

Notícias do e-Social

[Recibo de Férias: inibição durante o estado de calamidade pública](#)

Portal eSocial - 02/06/2020

A funcionalidade de férias do eSocial Doméstico foi adaptada para atender à Medida Provisória nº 927/2020, que trouxe uma série de modificações nas regras trabalhistas com vistas à preservação dos empregos e da renda dos trabalhadores durante o estado de calamidade pública em função do novo coronavírus (Covid-19). Conforme ajustes [noticiados em 30/04/2020](#), a principal mudança sentida pelos usuários do eSocial foi a inibição da impressão do recibo de férias, pois houve uma flexibilização e o pagamento poderá ser efetuado juntamente com a folha do mês das férias. Dessa forma, o empregador cadastra as férias no sistema e os valores devidos, juntamente com o adicional de 1/3, serão incluídos diretamente na folha de pagamento do mês de gozo dessas férias, sendo desnecessário um recibo à parte.



Outras Notícias

[Adaptação de funções de operário não afasta indenização por dano material](#)

Consultor Jurídico - 06/06/2020

O exercício de atividades em função readaptada na empresa não impede o deferimento da indenização por dano material. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a General Motors do Brasil, de Santo André (SP), a indenizar por danos materiais na forma de pensão mensal um operário que ficou inabilitado para a função que exercia em razão de doença ocupacional.

[Auxiliar vai receber pagamento por tempo à disposição para troca de uniforme](#)

Consultor Jurídico - 06/06/2020

A reforma trabalhista de 2017 promoveu alterações no art. 4º da CLT, disciplinando que o tempo gasto pelo empregado na troca de uniforme somente será considerado tempo extraordinário quando houver obrigatoriedade de realizá-la na empresa. Assim, por unanimidade, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão virtual, decidiu reconhecer o direito de uma auxiliar de produção que ficava à disposição de uma indústria alimentícia no interior de Goiás para troca de uniforme.

[Pedido com valor líquido, sem ressalva, limita condenação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 05/06/2020

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-I), do TST, firmou novo entendimento no campo trabalhista: ao formular pedidos com valores líquidos na petição inicial, sem registrar qualquer ressalva, o autor limita a condenação a esses parâmetros. O entendimento baseia-se no artigo 492 do Código de Processo Civil. O caso foi julgado em 21 de maio. A relatoria coube ao ministro Walmir Oliveira da Costa.



Outras Notícias

[Pedidos de falência sobem 30% em maio; de recuperação judicial, 69%](#)

Consultor Jurídico - 05/06/2020

Os pedidos de recuperação judicial deram um salto em maio, crescendo 68,6%. As recuperações deferidas aumentaram 61,5% na comparação com abril deste ano, segundo dados da Boa Vista serviços. O levantamento foi feito com base em informações colhidas no Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), oriunda de fóruns, varas de falência e Diários Oficiais e da Justiça dos Estados.

[Teoria do desvio produtivo pode ser aplicada por analogia em ação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 04/06/2020

Atrasar a baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), fazendo com que o ex-empregado perca seu tempo, enseja indenização por danos morais. O entendimento é da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, que considerou ser possível aplicar por analogia a teoria do desvio produtivo do consumidor em um conflito trabalhista. A decisão é de 30 de abril. Clique [aqui](#) para ler a decisão.

[Ultrapassar jornada trabalhando de casa gera horas extras, decide juíza](#)

Consultor Jurídico - 04/06/2020

Ultrapassar a jornada de trabalho, mesmo que atuando em regime de home office, não afasta o direito ao pagamento de horas extras. O entendimento é da juíza Silene Cunha de Oliveira, da 3ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

[Trabalhador temporário tem direito a estabilidade em caso de acidente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 03/06/2020



Outras Notícias

O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza de garantia provisória de emprego em caso de acidente de trabalho, nos termos do artigo 118 da Lei da Previdência Social ([Lei 8.213/1991](#)). O entendimento está fixado no item III da [Súmula 378](#) do TST.



Atos Normativos

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2020](#) (DOU de 01/06/2020 Seção I Pág. 02) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias a Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, e republicada, em Edição Extra, no dia 4 do mesmo mês e ano, que “Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos;

[PORTARIA Nº 394, DE 29 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 01/06/2020 Seção I Pág. 13) - Dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos e o arranjo de governança relativos ao pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, no âmbito do Ministério da Cidadania;

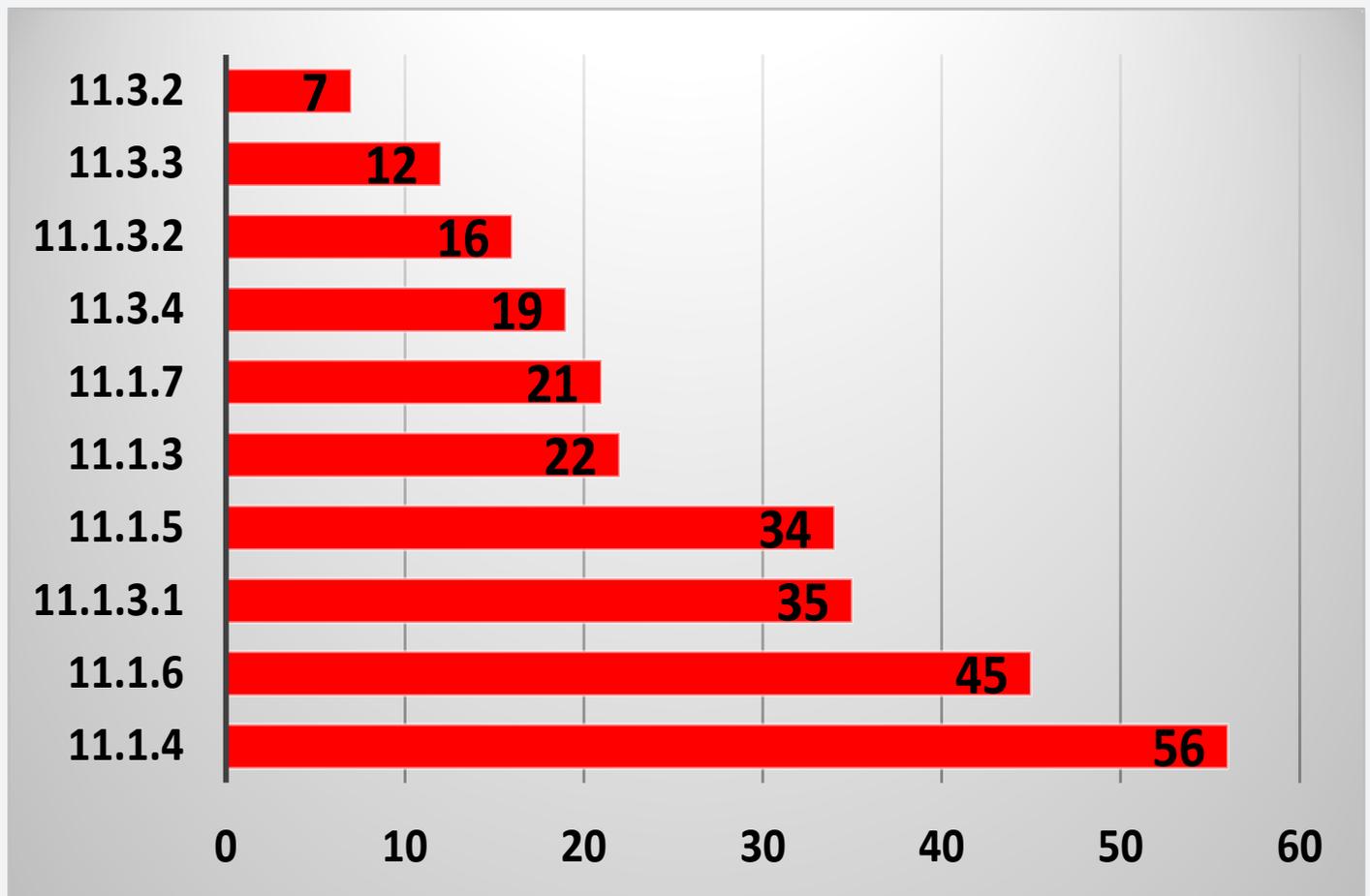
[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 02/06/2020 Seção I Pág. 01) - Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a [Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009](#), e a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#);

[RETIFICAÇÃO - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 02/06/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a [Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009](#), e a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#);



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Irregular (Autuação) : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

11.1.4. Os carros manuais para transporte devem possuir protetores das mãos.

11.1.6. Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão ser habilitados e só poderão dirigir se durante o horário de trabalho portarem um cartão de identificação, com o nome e fotografia, em lugar visível.

11.1.3.1. Especial atenção será dada aos cabos de aço, cordas, correntes, roldanas e ganchos que deverão ser inspecionados, permanentemente, substituindo-se as suas partes defeituosas.

11.1.5. Nos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deverá receber treinamento específico, dado pela empresa, que o habilitará nessa função.

11.1.3. Os equipamentos utilizados na movimentação de materiais, tais como ascensores, elevadores de carga, guindastes, monta-carga, pontes-rolantes, talhas, empilhadeiras, guinchos, esteiras-rolantes, transportadores de diferentes tipos, serão calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho.

11.1.7. Os equipamentos de transporte motorizados deverão possuir sinal de advertência sonora (buzina).

11.3.4. A disposição da carga não deverá dificultar o trânsito, a iluminação, e o acesso às saídas de emergência.

11.1.3.2. Em todo o equipamento será indicado, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida.

11.3.3. Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros).

11.3.2. O material armazenado deverá ser disposto de forma a evitar a obstrução de portas, equipamentos contra incêndio, saídas de emergências, etc.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico